

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

Título

Os homens de ciências da Coroa e as soluções para a agricultura do lado de cá do Atlântico

Autores

Milena da Silveira Pereira

Ano de publicação

2021

Referência

PEREIRA, Milena da Silveira. Os homens de ciências da Coroa e as soluções para a agricultura do lado de cá do Atlântico. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, 2021.

Recebimento: 24/06/2021

Aprovação: 07/07/2021

OS HOMENS DE CIÊNCIAS DA COROA E AS SOLUÇÕES PARA A AGRICULTURA DO LADO DE CÁ DO ATLÂNTICO

THE CROWN'S MEN OF SCIENCE AND THE SOLUTIONS FOR AGRICULTURE ON THIS SIDE OF THE ATLANTIC

Milena da Silveira Pereira*

Resumo: No ocaso do século XVIII luso-brasileiro foram produzidos dezenas de opúsculos, memórias acadêmicas, manuais, pareceres, cartas e relatórios que registraram impressões diferentes daquelas que até então tinham marcado os escritos sobre a América portuguesa. Estas produções, pois, extrapolaram o universo religioso dos conteúdos sobre o Brasil, que caracterizaram grande parte do período colonial, e abriram novas trilhas aos letrados sobre a necessidade de conhecer a terra racionalmente e aproveitar as riquezas que ela tem para oferecer. A partir da análise dessas obras, especialmente as memórias científicas e os manuais agrícolas, o presente ensaio busca indagar, ainda que de forma embrionária, sobre o papel da agricultura na mudança de visão que os portugueses passaram a ter desta colônia do lado de cá do Atlântico, ou seja, os questionamentos giram em torno de um redimensionamento dos estudos luso-brasileiros sobre a agricultura no Setecentos. Em outras palavras, a proposta é dar a conhecer o que esses documentos, com um discurso assumidamente pedagógico, relataram a respeito das possibilidades de diversificação de culturas, de melhoramento nos manejos e nas técnicas de produção agrícola e, inclusive, sobre os erros do extrativismo e o desmatamento nas terras brasileiras.

* Doutora em História pela UNESP, docente do Centro Universitário Barão de Mauá e membro do Grupo Temático Escritos sobre os novos mundos, financiado pela FAPESP. É autora, entre outros estudos sobre cultura escrita luso-brasileira, de *A crítica que fez história: as associações literárias no Oitocentos* (Editora Unesp, 2014), *Insultos e afagos: Sívio Romero e os debates de seu tempo* (Editora CRV, 2017), *Saborear e curar: a chegada do café no mundo luso-brasileiro* (Cultura Acadêmica, 2021). Organizadora do livro *Por escrito: lições e relatos do mundo luso-brasileiro* (EdUFSCar, 2018). Contato: milena.silveira@baraodemaua.br

Palavras-chave: Mundo Luso-Brasileiro. Memórias acadêmicas. Agricultura. Natureza.

Abstract: At the end of the Luso-Brazilian 18th century, dozens of booklets, academic memoirs, manuals, letters and reports were produced, recording impressions that were different from those that had hitherto marked the writings on Portuguese America. These productions, therefore, extrapolated the religious universe of contents about Brazil that characterized a large part of the colonial period and opened new paths for the intellectuals about the need to know the land rationally and take advantage of the riches it has to offer. Based on the analysis of these works, especially scientific memoirs and agricultural manuals, this essay seeks to investigate, albeit in an embryonic form, the role of agriculture in changing the view that the Portuguese started to have of this colony on this side of the Atlantic, that is, the questions revolve around a redimensioning of Luso-Brazilian studies on agriculture in the 18th century. In other words, the proposal is to make known what these documents, with an openly pedagogical discourse, reported about the possibilities of crop diversification, improvement in agricultural production management and techniques, and even about the errors of extractivism and the deforestation on Brazilian lands.

Keywords: Luso-Brazilian world. Academic memories. Agriculture. Nature.

Em 1798, veio à lume em Lisboa, pela Régia Oficina Tipográfica, o volume inaugural da coleção *O Fazendeiro do Brazil*, assinalando que o “objetivo da maior contemplação das colônias” deveria ser o “estabelecimento da agricultura”.¹ Nas palavras do compilador e tradutor de “memórias estrangeiras”, Fr. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), só a agricultura tinha “em seu poder dar matérias primeiras às artes e fábricas, e, por consequência, gêneros ao comércio, aumento à navegação, sobras e reexportações ao Reino; em uma palavra, riquezas” (VELOSO, p. XI). Tempos antes, em 1789, o conhecido naturalista italiano Domingos Vandelli (1735-1816), mestre de muitos letrados brasileiros e fomentador das ciências naturais em Portugal,

¹ Merece destaque a opção por modernizar a linguagem das citações, a fim de tornar a leitura mais suave e fluida, no entanto, foram mantidos os nomes originais de todos os títulos trabalhados.

inicia sua *Memoria sobre a agricultura deste reino e das suas conquistas*, publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa, constatando que “escrever de agricultura neste século é costume introduzido em quase todas as Nações polidas” (VANDELLI, p. 164), em razão de esta atividade ser tomada como a primeira base da sociedade e seu conhecimento estar relacionado ao melhoramento das nações. Tais afirmações, como veremos ao longo deste ensaio, mostram mais do que a necessidade de divulgar, com o financiamento régio, trabalhos sobre técnicas agrícolas, anunciam um redimensionamento dos estudos luso-brasileiros sobre a agricultura.

OLHAR PARA A AMÉRICA PORTUGUESA

O interesse pelas terras brasílicas, no entanto, remonta aos escritos portugueses do século anterior, intensificado na segunda metade do século XVIII, entre outras motivações, pela demarcação de limites entre as monarquias ibéricas deste lado do Atlântico, por meio do Tratado de Madrid (1750), e pela busca de um equilíbrio na balança comercial portuguesa, com a queda na extração de ouro e pedras preciosas. Tais acontecimentos estimularam o financiamento régio de memórias acadêmicas e viagens científicas às colônias,² as quais estreitaram os laços entre Portugal e o Ultramar e buscaram produzir estudos com a finalidade de potencializar a agricultura no Império português.

Não é por acaso, pois, que nesse momento o poderoso ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o marquês de Pombal, encara a reforma na Universidade de Coimbra, em 1772, e, ao mesmo tempo, emergem associações de caráter científico

² As viagens filosóficas foram excursões promovidas pela Coroa portuguesa, com o objetivo de inventariar a natureza do mundo colonial português, em busca especialmente de produtos naturais potencialmente lucrativos. Sobre as viagens filosóficas e as afirmações anunciadas, ver: DIAS, 2009; PATACA, 2011; RAMINELLI, 2008; SERRÃO, 1988.

preocupadas diretamente com a instrução dos colonos e o fomento português,³ como, por exemplo, a Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, ou, mesmo antes, a Academia Científica do Rio de Janeiro, criada em 1772. Esta pioneira instituição, estabelecida do lado de cá do Atlântico, esteve sob a proteção do marques de Pombal e buscou assinalar os designios de examinar todas as produções naturais pertencentes aos reinos vegetal, animal e mineral, fazendo, como lembra o fundador marques de Lavradio (1729-1790), “todas as análises, e mais observações que couberem no possível” (LAVRADIO, 1978). Este vice-rei do Estado do Brasil acreditava que deste modo poderia “fazer ao Estado e a Pátria, não só um serviço utilíssimo mas até concorrer para que não continuemos a passar pela vergonha de que os estrangeiros sejam só os que nos instruem” (LAVRADIO, 1978), ou seja, estava na hora de os homens de ciências luso-brasileiros produzirem memórias, manuais, entre outros estudos, direcionados à educação dos brasileiros para o cuidado e o aproveitamento da terra.

Embora a vida desta academia não tenha sido muito longa e suas memórias e outros escritos não tenham sido publicados, ou só tenham circulado na forma de manuscrito naquele momento, na Academia Científica do Rio de Janeiro foram criados espaços para o desenvolvimento de reflexões científicas e de estudos práticos na área da agricultura, como “um Jardim Botânico, gente para trabalhar nele, e instrumentos, honrando-nos e animando muito os nossos estudos” sobre as culturas já existentes e as aclimatáveis às terras brasileiras.⁴ Esta instituição, pois, inaugurou na América Portuguesa “um novo padrão de reunião dos letrados da época, menos de caráter literário e religioso e mais científico” (PEREIRA, 2018, p. 136-137).

³ Sobre a “política fomentista” portuguesa, ver: WEHING, 1977.

⁴ Apud SILVA, 2013, p. 30. Segundo Maria Beatriz N. da Silva, é possível que o autor dessas palavras fosse Antônio Ribeiro de Paiva, “o mais versado em Botânica entre os acadêmicos”.

Do mesmo modo, a Academia Real das Ciências de Lisboa trazia no seu estatuto a preocupação em ultrapassar os muros da instituição e o propósito de gerar conhecimentos científicos utilitários, seja para a melhoria das condições de vida da sociedade, seja para o aumento da riqueza do Estado. A concepção científica anunciada pelos letrados desta agremiação, que favorecia o desejo de saber e a adoção de novos pontos de vista nas artes e nas ciências, se filiava, entre outros nomes, à corrente de pensamento dos enciclopedistas franceses, os quais desempenharam papel histórico decisivo no estabelecimento de relações pragmáticas entre os letrados e a sociedade. Denis Diderot (1713-1784), por exemplo, reivindicava “um incremento da ciência natural, da anatomia, da química e da física experimental como um primeiro passo na reforma da sociedade” (DIDEROT, 2015). A ciência, nesse palco, ganhava uma dimensão social e os estudos ditos científicos passaram a ser entendidos como capitais para o progresso das nações,⁵ tendo em vista estes desígnios da Academia Real das Ciências de Lisboa de desenvolver um saber que instruisse o povo e promovesse o Estado e sua economia.

Neste ocaso do século XVIII, portanto, foram escritos dezenas de opúsculos, memórias acadêmicas, manuais, pareceres, cartas e relatórios “destinados a elaborar um diagnóstico do estado da monarquia com vista ao seu progresso econômico, social, cultural e moral” (SANTOS; PEREIRA, 2020, p. 277). É importante resgatar, a propósito, que a produção em língua portuguesa acerca do Brasil até aquele momento não havia se destacado pela fartura e estava centrada em escritos de caráter religioso e moralizante, como sermões, crônicas de ordens religiosas, obras de moral, panegíricos fúnebres, além de relações de festas, algumas histórias gerais e poemas.⁶ Essa

⁵ Conferir: HAHN, 1971, p. 3.

⁶ Ver PEREIRA, 2018, p. 139; SILVA, 1986, p. 445-472; RIZZINI, 1945; MORAES, 1969; CURTO, 2007.

documentação, que produziu escritos acerca das condutas consideradas virtuosas, ou não, dos habitantes do Brasil, “começou a dividir espaço, nesse final do Setecentos, com uma nova racionalidade dos letrados luso-brasileiros ligada ao maior e melhor conhecimento e aproveitamento das terras daquela outra margem do Atlântico” (PEREIRA, 2018, p. 139).

Os manuais e as memórias científicas, produzidos dentro ou fora das academias, ainda que de forma tímida, extrapolaram esse universo religioso dos escritos sobre o Brasil e abriram novas trilhas aos letrados, que passaram a se guiar pela máxima, tão cara ao pensamento ilustrado daquela época, de que para desfrutar das vantagens e potencialidades da natureza era preciso conhecer a terra e as riquezas que ela tem para oferecer. Era uma espécie de planejamento científico promovido entre os letrados e o Estado para edificar a nação. Em outras palavras, “os estudos apresentados nas academias e sociedades científicas podem ser tomados como uma espécie de extensão do Estado; na falta de órgãos específicos de análise de questões econômicas do solo, fauna, flora, clima, território etc” (PEREIRA, 2018, p. 138).

Assim, os escritos sobre agricultura ganharam cada vez mais espaço nas publicações luso-brasileiras sobre o Brasil daquele tempo e a natureza passou a assumir a posição de detentora de vastas, e mesmo inexploradas, possibilidades econômicas. Esses saberes em convergência, com um discurso assumidamente pedagógico, pretenderam dar a conhecer as riquezas naturais e a geografia da América Portuguesa, demonstrar as possibilidades de diversificação de culturas e de melhoramento de técnicas e manejos da terra, bem como denunciar os erros do extrativismo. Vejamos, então, algumas pinceladas do que essas memórias científicas e manuais de agricultura do final do século XVIII relataram a respeito das terras brasileiras.

AGRICULTURA E NATUREZA

Domingos Vandelli, na *Memoria sobre a agricultura deste reino e das suas conquistas*, mencionada no início deste ensaio, realiza uma espécie de mapeamento da agricultura do reino e das suas conquistas, descrevendo o seu estado, as causas físicas e morais da sua decadência e algumas reflexões sobre as Leis Agrárias de Portugal. Nesse percurso, o “imenso país do Brasil, quase despovoado e inculto”, não poderia ficar de fora das suas observações. Vandelli (1789a, p. 169), ao lançar o seu “olhar científico” sobre a América Portuguesa, descreve que “nas vizinhanças das costas do mar” era cultivado cana de açúcar, anil e cochonilha e, em outras áreas, milho, mandioca, algodão, tabaco e trigo, porém, os métodos de plantio eram rudimentares, baseados na queima de “antiquíssimos bosques”. Os homens da terra, detalha o letrado, “semeiam por dois, ou três anos, enquanto dura a grande fertilidade produzida das cinzas”, e, depois de incultos estes terrenos, “vão continuando na destruição dos bosques nas vizinhanças dos rios” (VANDELLI, 1789a, p. 170). O naturalista italiano reforça esta mesma argumentação em outro estudo também publicado nas memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, afirmando que o hábito de “queimar grandes bosques nas bordas dos rios para cultivar a maior parte de milho, ou mandioca” acaba por destruir “imensas árvores úteis e de fácil condução” (VANDELLI, 1789b, p. 194).

Além dos “graves prejuízos” a longo prazo que esse método da queima traria para a terra e para a economia, Vandelli (1789a, p. 170) contempla outras perdas financeiras relacionadas, por exemplo, ao desperdício das madeiras desses bosques devastados, que, “pela facilidade do transporte pelos rios”, poderiam ser muito úteis para “construção de navios”, para “finturaria” e para os “marceneiros”. Era necessário, na concepção do naturalista, suprir com essas memórias

científicas e manuais de agricultura a “falta de instruções ou educação dos lavradores” (VANDELLI, 1789a, p. 172).

Tempos depois, Frei Veloso, neste mesmo primeiro volume de *O Fazendeiro do Brasil*, partilhando das concepções do naturalista italiano, denuncia ao príncipe regente D. João (1767-1826), futuro D. João VI, o descaso dos senhores de Engenho, dos agricultores e dos mineradores com as matas do Brasil. “A pobre natureza vegetante”, adverte Veloso, “que supre a todas as nossas necessidades, é anualmente assassinada [nas] máquinas de açúcar” (VELOSO, 1798, p. XIX). Grandes extensões de terras, continua o estudioso (1798, p. XVIII), “tem sido descortinadas pelos proprietários de Engenhos para a construção de suas fábricas, para a plantação de suas canas, para a combustão das fornalhas de caldeiras e do alambique”. O naturalista mineiro, com esta sinalização, buscava dar ciência aos proprietários de engenho de açúcar e aguardente sobre a necessidade de cautela na derrubada das matas, ou melhor, estava clamando para estudarem “todos os meios possíveis de as pouparem, tendo em vista que a “conservação das matas” era interesse direto desses homens, “pela maior necessidade que tem de madeiras e lenhas” para a produção do açúcar (VELOSO, 1798, p. XXVIII).

Frei Veloso (1798, p. XIX), do mesmo modo, destaca que é “incalculável o estrago que as roças de milho têm feito nas matas do interior”. De acordo com o compilador de manuais de agricultura, as lavouras deste produto possuíam técnicas muito arcaicas de plantio, ou seja, as sementes do milho eram introduzidas na terra “a seis palmos de distância uma da outra, ou como dizem, [com a distância] de um cabo de enxada”, sem um uso adequado das áreas destinadas ao plantio (VELOSO, 1798, p. XX). Estava na hora de repensar o mal aproveitamento das áreas plantadas, pois o aumento da produção de milho, gênero tão necessário ao homem e aos animais, não poderia estar atrelado diretamente ao desmatamento, tendo em vista a necessidade de mais terras para cultura. Ainda pior que o milho, segundo Veloso (1798, p. XX),

é a mineração, que, além de derrubar as matas, transforma “rios em lagos e, em qualquer parte que [os mineradores] trabalham, fica [a terra] inabilitada para produzir coisa alguma mais”.

Esse discurso preocupado com o manejo racional da terra e a derrubada das matas do Brasil também aparece nos escritos do brasileiro Manoel Ferreira da Câmara (1762-1835) sobre a Comarca dos Ilhéus. A ausência de planejamento e cuidado na retirada e queima de madeira – amparada, em larga medida, pela abundância de matéria-prima –, segundo Ferreira da Câmara, já tinha refletido na escassez de algumas espécies de árvores, como o Carvalho, que passou a ser comprado e importado da Pensilvânia. Nas palavras deste naturalista mineiro (1789, p. 347), é sabido que as terras do Brasil “estão cobertas de grandes e espessas matas”, contudo, os habitantes daqui “trabalham assaz” na sua destruição, sem “constar que se tenham plantado um só pé”. O naturalista brasileiro, em tom pedagógico, alerta, inclusive, sobre a urgência de medidas para a cultura e a reprodução do Pau-Brasil, “por meio de sementes, ou de estacas, enxertos”; pois se continuasse a retirada da maneira que vinha sendo feita, o lucro que o Estado arrecadava estava com os dias contados (CÂMARA, 1789, p. 349).

Manuel Arruda da Câmara (1752-1811), fazendo coro a esta política de aproveitamento racional da terra, na sua *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar*, igualmente busca instruir sobre as formas mais adequadas de plantio do algodão. Segundo o médico e naturalista paraibano (1799, p. 29), alguns agricultores de algodão cometiam um “abuso muito prejudicial” ao plantarem os algodoeiros muito distantes, “porque se perdia o trabalho de preparação de uma boa parte do terreno”. Do mesmo modo, aqueles produtores que plantavam os algodoeiros muito próximos uns dos outros teriam “igual ou maior prejuízo”, em razão da perda de volume do produto e o seu crescimento “acanhado”.

A solução proposta por Arruda da Câmara (1799, p. 29-30) para o uso adequado do terreno e o manejo da cultura é o agricultor plantar em quincunze, ou seja, de modo equidistante, dispostos em quadrado, com um algodoeiro no centro, a fim de “formosear o algodoal” e possibilitar o cultivo, nos intervalos dos arbustos, de “legumes, como feijão, milho, até mesmo mandioca”. Assim, esses outros cultivos consorciados não danificariam o algodoal, “porque em pouco tempo se colhem, e ficam os algodoeiros desafogados” (CÂMARA, 1799, p. 30), e, inclusive, levariam fartura para a casa do agricultor. Tais medidas propostas pelo naturalista paraibano, portanto, além de resultar em um aproveitamento racional das áreas plantadas, proporcionariam aos agricultores a produção de algumas culturas de subsistência nos “corredores” da lavoura.

Domingos Vandelli, também sobre essa questão do aproveitamento e do conhecimento racional da terra, na sua *Memoria sobre algumas producções naturaes das conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas ou não se aproveitam*, de 1789, enaltece algumas iniciativas de homens ligados ao Reino no além-mar, com a finalidade de estimular a geração de renda da Coroa e diminuir a dependência que Portugal tinha na importação de grande quantidade de produtos e mercadorias de nações estrangeiras. O naturalista italiano cita o exemplo do arroz, “planta própria também do Brasil”, que, há não muito tempo, era comprado da Carolina, nos Estados Unidos, “a qual no ano de 1740 ganhou com ele 800 libras esterlinas, das quais a maior parte pagou Portugal” (Vandelli, 1789b, p. 189). No entanto, neste final do Setecentos, exalta o Vandelli, o arroz cultivado no Brasil havia começado a aparecer em abundância em Portugal, ou seja, graças aos incentivos do excelentíssimo senhor Martinho de Mello e Castro (1716-1795), os produtores brasileiros passaram a investir nesta cultura; gerando um saldo positivo na balança comercial e uma boa economia aos cofres de Portugal. “Com a eficácia e zelo” deste mesmo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, continua Vandelli

(1789b, p. 189), outra cultura, a do Anil, vinha prosperando de excelente qualidade, “não só para as nossas fábricas, mas também para o comércio com as mais Nações”.

Assim como seu mestre Domingos Vandelli, Manoel Ferreira da Câmara propõe, na memória acima destacada, uma espécie de “reforma da agricultura”. Para Câmara, as culturas nativas deveriam ser mais bem aproveitadas, como é o caso do cacau, que “se encontra silvestre” no Bahia e recebe pouca atenção dos brasileiros e da Coroa. Em Caracas e em muitas regiões do México, compara Ferreira da Câmara (1789, p. 310), esta fruta já era bem explorada há tempos pelos espanhóis e a produção anual excedia “a soma do ouro extraído e exportado das nossas minas”. Com os desígnios de impulsionar este produto, o naturalista brasileiro também compara a produção do açúcar com a do cacau, calculando, em detalhes, desde o terreno ocupado, a mão de obra, os materiais até os preços e a distribuição dos produtos.

Entre as conclusões apresentadas acerca das dimensões das áreas de cultivo e da longevidade da planta, Ferreira da Câmara (1789, p. 318) pontua que, “enquanto o Senhor de Engenho cultivava um milhão de pés de canas, pode cultivar cinco mil pés de cacau”, e mais, ele lucra “dez mil cruzados, com a diferença de que neste gênero de cultura não gasta mais que o trabalho de recolher os frutos; porque as árvores que os produzem, uma vez plantadas, produzem sempre com muito pequena reforma”. O naturalista mineiro relata que, só há pouco tempo, em 1780 “se me não engano, julgou a Nossa Soberana, que da cultura do cacau poderia vir grande interesse à Nação”, porém, as investidas para a promoção de tal fruta foram tardias naquele momento e não obtiveram sucesso (CÂMARA, 1789, p. 310).

Não só a diversificação de culturas nativas esteve na pauta desses naturalistas, mas também projetos de importação de plantas de outras conquistas. O padre jesuíta João de Loureiro (1710-1791), por exemplo, em *Da transplantação das arvores mais uteis de paizes*

remotos, realizou um mapeamento do trânsito de árvores para todo o reino português, apresentando, aliás, as espécies que tiveram destino para o Brasil. Considerado um dos maiores botânicos especialistas em flora asiática daquele tempo, Loureiro defendia a transplantação de mudas e sementes de famosas especiarias, como noz moscada e cravo, da Ilha do Timor para Portugal, com parada no Brasil para aclimação. Loureiro propõe, nesse trajeto que alcançaria a costa da América Portuguesa antes de chegar a Lisboa, a transplantação de parte dessas espécies aromáticas nas terras brasileiras. Na Bahia, segundo o botânico, “se pode logo plantar e cultivar alguma parte daquelas árvores e sementes [de cravos e noz-moscada], deixando outras para se levarem para o Pará, ou Macapá, que é o sítio mais próprio para a sua vegetação”, pela proximidade com o Equador (LOUREIRO, 1789, p. 160). Malgrado seja um estudo mais voltado para o conhecimento dos caminhos “para conduzir estas preciosas plantas da Ásia para a América”, o botânico jesuíta – com os ideais de que “a agricultura e o comércio são o manancial mais perenes da abundância e justamente das riquezas e do poder das Nações” – não deixa de apontar sugestões economicamente viáveis para o Estado do Brasil, ao propor a transplantação dessas plantas e apresentar medidas que promoveriam a utilidade pública (LOUREIRO, 1789, p. 163;152).

De um modo geral, essas memórias científicas e manuais de agricultura do final do Setecentos⁷ convergiam para ensinar aos homens luso-brasileiros modos mais racionais de explorar as riquezas naturais e as potencialidades das terras do Brasil; práticas diversas daquelas que até

⁷ Além destas memórias mencionadas, também podemos citar outras publicações no mesmo período, como, por exemplo, *Memórias sobre a Guaxima*, de José Henriques Ferreira, *Memoria sobre o malvaisco do districto da villa da Cachoeira no Brasil e Memoria sobre a cochonilha do Brasil* de Joaquim de Amorim Castro; *Memoria sobre a pesca das balêas, e extracção do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*, de José Bonifácio de Andrada; *Memoria em que se de noticia de diversas espécies de abelhas, que dão mel, próprias do Brasil*, de Vicente Coelho de Seabra Silva Teles.

então pautaram a ação dos próprios colonos e da administração colonial. Esses escritos buscaram, portanto, produzir conhecimentos úteis, evitar desperdícios e aumentar o lucro do Império português. Como disse certa vez o doutor José Henriques Ferreira (1740-1780), “a boa economia é cada um remediar-se com o que tem em casa, evitando buscar fora; cada gênero tem a sua serventia, e porque uns são de melhor qualidade não se devem desprezar os de menor”, isto é, “o país mais rico é o que tem maior quantidade de gêneros” (FERREIRA, 1789, p. 7).

Não se deve, por fim, tomar essas publicações que anunciavam uma preocupação com a preservação da natureza como uma espécie de crítica ambiental, nos moldes do que se conhece hoje. O grande interesse desses homens de ciências da Coroa era justamente produzir estudos sobre as possibilidades econômicas da natureza, criando uma exploração racional da América portuguesa sem esgotar as riquezas que ela tinha para oferecer. Merece atenção, portanto, o lugar importante que esses escritos tiveram para o conhecimento da rica natureza da colônia do lado de cá do Atlântico, para a construção de uma agricultura mais racionalizada e para a consolidação de uma subjetividade luso-brasileira.⁸

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ilídio do. **Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez e latino**. V. 1. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BRAGA, Teófilo. **História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portuguesa**. Tomo III - 1700 a 1800. Lisboa: Typogtapiha da Academia Real das Sciencias, 1898.

⁸ Esta pesquisa está vinculada ao Projeto Temático *Escritos sobre os Novos Mundos: uma história da construção de valores morais em língua portuguesa*, financiado pela FAPESP (Proc. 2013/14786-6).

CÂMARA, M. Arruda da. **Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc.** Em que se propoem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida a A S. A. Real, O Principe Regente Nosso Senhor. Por Manuel Arruda da Camara, Formado em Medicina, e Philosophia, e Socio de varias Academias, etc. De Ordem do Mesmo Senhor por Fr. Joze Mariano da Conceição Veloso. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799.

CÂMARA, M. Ferreira da. Ensaio de descripção fisica e economica da comarca dos Ilheos na America. In: **Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas conquistas.** TOMO I. Lisboa, Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

CARDOSO, José Luís. **História do Pensamento Econômico Português:** temas e problemas. Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

CARVALHO, Joaquim de. **Obras Completas.** História e Crítica literária. História da Ciência, 1925-1975. v. 5. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

CARVALHO, Rômulo de. **Actividade Pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX.** Lisboa: Publicações do II centenário da Academia da Ciências de Lisboa, 1981.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura escrita:** séculos XV a XVIII. Lisboa: Instituto Ciências Sociais, 2007.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Le R. **Enciclopédia,** ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Volume 1 – Discursos preliminares e outros textos. Org. Pedro Paulo Pimenta e Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

FERREIRA, J. Henriques. Memória sobre a Guaxima. In: **Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas conquistas.** Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

HAHN, Roger. **The Anatomy of a Scientific Institution:** The Paris Academy of Sciences, 1666-1803. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1971.

KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: Hucitec, 2004.

KURY, Lorelai B.; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, 8 (1-12): 105-122, 1995.

LAVRADIO, Marquês do. Carta de 6 de março de 1772. In: **Cartas do Rio de Janeiro, 1769-1776**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1978.

LOUREIRO, João de. Da transplantação das arvores mais uteis de paizes remotos. In: **Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas conquistas**. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

MEMORIAS da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo I. Lisboa: Typografia da Academia, 1797. t.

MEMORIAS Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas conquistas. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

MORAES, Rubens Borba. **Bibliografia brasileira do período colonial**. Catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808. São Paulo: IEB, 1969.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Todo um mundo a reformar. Intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos na América Portuguesa. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 87-108, 1997.

PATACA, Ermelinda M. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas Viagens Filosóficas portuguesas (1777-1808). **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 4, no. 2, p. 125-138, 2011.

PEREIRA, Milena da Silveira. Um Brasil em memórias científicas. In: FRANÇA, J.M.C; PEREIRA, M.S. **Por escrito**: lições e relatos do mundo luso-brasileiro. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas**: monarcas, vassallos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – 1500-1822**. São Paulo: Cosmos Editora, 1945.

RODRIGUES, José Damião. Horizontes de reformas e luzes: uma leitura historiográfica a partir da América portuguesa. In: GODOY, S. O'P.; RODRÍGUEZ GARCÍA, M. E. (Coord.). **El ocaso del Antiguo Régimen en los Imperios Ibéricos**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru; Lisboa: Cham, 2017.

RIBEIRO, José Silvestre. **História dos estabelecimentos científicos litterarios e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia**. Tomo II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1872. t. II.

SANTOS, Clara Braz; PEREIRA, Milena da Silveira. A cochonilha no mundo luso-brasileiro: o manuscrito setecentista editado por Manuel Joaquim Henriques de Paiva. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar., 2020.

SERRÃO, José Vicente. O pensamento agrário setecentista (pré-fisiocrático): diagnósticos e soluções propostas. In: CARDOSO, J. L. (Org.). **Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

SILVA, Maria Beatriz N. da. **Cultura Letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SILVA, Maria Beatriz N. da (coord.). **O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)**. Nova História da Expansão Portuguesa, Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.). Lisboa: Editorial Estampa, v. VIII, 1986.

VANDELLI, Domingos. Memoria sobre a agricultura deste reino e das suas conquistas. In: **Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal e suas conquistas**. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789a.

VANDELLI, Domingos. Memoria sobre algumas producções naturaes das conquistas, as quaes ou são pouco conhecidas ou não se aproveitam. In: **Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria**. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789b.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 316, p. 170-278, 1977.